

Brasília-DF



DENISE ROTHENBURG
deniserothenburg.df@dabr.com.br

O jogo de Zema

Ao levantar a hipótese de liberação de Jair Bolsonaro para concorrer nas eleições de 2026, o governador de Minas Gerais, Romeu Zema (Novo), quer mesmo é o apoio do ex-presidente para um projeto presidencial. Aliados do governador mineiro afirmam que, sem o governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas, na disputa ao Planalto, Zema tem tudo para ser o primeiro da lista.

Cálculos futuros

Bolsonaro, avisam alguns de seus aliados, terá duas opções, caso Tarcísio siga no projeto da reeleição: Ronaldo Caiado (UB), de Goiás, ou Zema. Caiado, na visão de muitos bolsonaristas, é um quadro político mais experiente do que o mineiro. Porém, apostam que trabalharia para isolar Bolsonaro na extrema-direita. Por esse motivo, Caiado é, hoje, aquele que Bolsonaro não tem lá muita vontade de apoiar no futuro. Quem Bolsonaro deseja mesmo é o próprio Bolsonaro.

Teste de DNA

O pronunciamento em que o presidente Lula afirmou não abrir mão da responsabilidade fiscal passou um detalhe indigesto para a parcela da oposição que votou a favor da reforma tributária. Nas entrelinhas, o presidente tratou o projeto como fruto de seu governo. E os congressistas consideram que a paternidade é do Parlamento.

Usou o plural, mas...

Lula usou a terceira pessoa do plural ao se referir à aprovação da reforma na Câmara. Porém, a avaliação é a de que, se essa proposta surtir efeitos positivos para a população — e a tendência é a de, no mínimo, dar mais transparência aos impostos —, Lula será o principal beneficiário do ponto de vista eleitoral.

O perigo no Senado

Há quem diga que, se essa perspectiva de benefício a Lula se espalhar entre os senadores, vai ser difícil aprovar logo a proposta por lá.

Venezuela, uma pedra no sapato de Lula

O presidente Lula começou o seu governo abraçando o venezuelano Nicolas Maduro. Mas, agora, diante das suspeitas que pairam sobre a eleição no país vizinho e das atitudes anteriores de Maduro, como a tentativa de anexar um pedaço da Guiana, será difícil, do ponto de vista estratégico, o presidente brasileiro manter esse amor todo pelo líder venezuelano. Como defensor da democracia e de olho na própria popularidade por aqui, Lula já foi aconselhado a não demonstrar tanta proximidade, ainda que a esquerda petista pressione o presidente por um apoio mais ostensivo a Maduro neste momento.



CURTIDAS

SAUL SCHRAMM JR



Bolsonaro e os socialistas/ Vai ter curto-circuito na cabeça dos bolsonaristas de Campo Grande, esta semana. Hoje, o governador de Mato Grosso do Sul, Eduardo Riedel (foto), e seu candidato a prefeito da cidade, Beto Pereira, ambos do PSDB, devem se encontrar com Jair Bolsonaro para gravação do vídeo de apoio à eleição. No sábado, o Partido Socialista Brasileiro (PSB) fechou apoio a Pereira, em convenção.

Aliado em comum/ Amanhã, o mesmo Riedel estará com Lula e a ministra do Planejamento, Simone Tebet, para tratar de recursos ao combate a incêndios florestais no Pantanal. O que não faltam são elogios de Riedel ao presidente Lula.

Primeiro turno, separados/ O PT de Lula homologou a candidatura da deputada Camila Jara à prefeitura da capital sul-mato-grossense. Porém, dada a boa relação de Lula com o governador, dificilmente, o presidente da República jogará toda a sua força eleitoral por lá.

INVESTIGAÇÃO

Asfalto suspeito na Codevasf

CGU encontra indícios de superfaturamento e sobrepreço na compra de pavimento de má qualidade pela estatal federal

» RENATO SOUZA

Ed Alves/CB/DA.Press



Análise de 24 contratos da Codevasf aponta que, em 60% deles, há "vícios construtivos", como asfalto com metade de espessura indicada

A Controladoria-Geral da União (CGU) encontrou asfalto com preço superfaturado e de baixa qualidade em pelo menos 10 estados. De acordo com a auditoria, as obras de asfaltamento foram contratadas pela Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). Os contratos relacionados aos empreendimentos somam R\$ 119 milhões em investimentos públicos.

A análise de 24 contratos encontrou indícios de "vícios construtivos" em 15 deles, ou seja, em 62,5% do total. De acordo com as amostras avaliadas, o asfalto precário e com obras realizadas com preços acima do valor de mercado foi utilizado no Amapá, Ceará, Goiás, Maranhão, Minas Gerais, Rio Grande do Norte, Sergipe, Tocantins, Piauí e em Pernambuco.

Com ajuda de equipamentos especializados, a CGU encontrou sinais de sobrepreço e superfaturamento "pela execução de espessuras médias de revestimento inferiores àquelas especificadas em medição contratual, assim como de redução de desempenho e da vida útil da camada

asfáltica, com consequente desperdício de dinheiro público e dispêndio precoce de recursos para a manutenção da via."

No Maranhão, uma das análises apontou que o asfalto construído tinha espessura abaixo da

metade da medição prevista em contrato. "As baixas espessuras das camadas do pavimento (...) combinadas com a presença de um lençol freático alto em alguns pontos fizeram com que o pavimento, embora recente,

esteja inteiramente perdido em algumas das ruas pavimentadas", aponta um trecho do relatório.

Além da baixa espessura, também foram encontradas irregularidades com diferentes medidas no asfalto, onde alguns

trechos eram de 1,4 centímetros, e em outros, 6,5 centímetros. "Trincamentos em malha (...), afundamentos e mesmo a desintegração, dentre outros, são defeitos permanentes relacionados à baixa espessura do

revestimento asfáltico. Em casos mais graves observados, essa falta de espessura mínima fez com que o revestimento não resistisse e rompesse prematuramente em alguns pontos", completa o texto do documento.

A CGU aponta que a diferença de um centímetro e meio na espessura do material asfáltico pode representar que a empresa recebeu até R\$ 767 mil acima do valor que de fato utilizou para realizar a obra. O relatório aponta que fragilidades na fiscalização e na gestão dos projetos pela Codevasf abrem espaço para este tipo de irregularidade.

Em nota, a Codevasf afirmou que "atua em permanente cooperação com órgãos de fiscalização e controle. Apontamentos e recomendações desses órgãos são observados pela Companhia para fins de controle e contínuo aperfeiçoamento de procedimentos". Além disso, a companhia alega que "obras que apresentem imperfeições ou inconformidades são objeto de notificação às empresas responsáveis, com vistas à correção" e que "todas as obras contratadas pela Codevasf devem atender a requisitos de qualidade estabelecidos em contrato".

GOVERNO DIGITAL

Plano nacional para uso da IA no serviço público

» VICTOR CORREIA

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva lança, hoje, o Plano Brasileiro de Inteligência Artificial (PBIA), na abertura da 5ª

Conferência Nacional de Ciência e Tecnologia, em Brasília. O documento traz estratégias para utilizar a inteligência artificial (IA) no serviço público e estimular o desenvolvimento da

tecnologia no país por pesquisadores e empresas.

No encontro, Lula deve assinar um decreto presidencial que será enviado ao Congresso. O plano foi criado ao longo dos últimos quatro meses, com a participação de mais de 300 profissionais de 117 instituições públicas, privadas e da sociedade civil. O debate foi conduzido pelo Conselho Nacional de Ciência e

Tecnologia (CCT), ligado ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação (MCTI).

O presidente pediu, em março, a elaboração do plano, em uma reunião do CCT. Para ele, o Brasil não pode ficar para trás no uso e desenvolvimento da tecnologia, que sofreu um salto considerável com as chamadas IAs generativas — capazes de criar textos, imagens ou vídeos a partir de

comandos simples do usuário.

"Tem que colocar no papel o que nós queremos, o que o Brasil pode fazer, ou o país vai ficar a reboque do que sobrar, do que os outros países fizeram. Temos que pensar em como essa tecnologia vai resultar na qualidade do emprego do povo brasileiro, em quantos milhões de pessoas podem ficar marginalizados se não

forem preparados nesse novo modelo", afirmou o presidente, na época.

O texto trará, ainda, algumas diretrizes para a regulamentação e uso da tecnologia, mas o regimento em si será criado com outros documentos. Por exemplo, tramita no Senado Federal o Projeto de Lei (PL) 2.338/2023, que prevê a criação de um arcabouço legal para a IA.